

Parceria público-privada deve ser votada hoje pela CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje parecer do senador Valdir Raupp favorável a projeto do Executivo que define normas para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP). A proposta enviada ao Congresso pelo governo permite que empresas privadas assu-

mam tarefas do setor público nas áreas de infra-estrutura, segurança, habitação e saneamento, mediante contratos firmados via licitação. O projeto já foi aprovado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e, caso passe na CAE, seguirá para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Página 3



Paulo Barreto/Agência O Globo

RECURSOS Com as parcerias, o governo espera reduzir gastos com obras públicas, principalmente na área de infra-estrutura

Atos públicos denunciam exploração sexual de crianças e adolescentes

Manifestações pelo fim da impunidade devem reunir, além de crianças e adolescentes, parlamentares, ONGs e representantes do governo. Eventos começam no Congresso e prosseguem no Planalto

Senadores cobram esclarecimento de desastre

Os senadores Tião Viana e Mozarildo Cavalcanti cobraram esclarecimentos das causas do desastre aéreo que matou 33 pessoas no fim de semana em Manaus. O senador Arthur Virgílio afirmou que o acidente demonstra como é rudimentar a navegação aérea na região amazônica. Ele requereu voto de pesar pelas 33 vítimas do acidente.

Página 6



Márcia Kalume

Atos públicos destinados a chamar a atenção da sociedade marcam hoje, em Brasília, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente espera reunir pelo menos cem deputados e senadores, a partir das 10h, na rampa do Congresso Nacional. Um ato no Salão Nobre do Senado deve contar com a presença de representantes de entidades governamentais e não-governamentais, além de cerca de 200 crianças e adolescentes. Logo depois, serão acesas velas na capela do Congresso em lembrança das vítimas de abusos e exploração sexuais.

Patrícia sugere penas mais severas para os agressores

A senadora Patrícia Saboya, coordenadora da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente, defende a aprovação de leis que protejam mais as crianças e assegurem penas severas para os agressores.

Página 8

Patrícia (de branco) participa do lançamento de um CD com acervo relativo aos direitos da criança e do adolescente

Especialistas debatem no Senado a reforma universitária

Página 3



MARCA Para João Ribeiro, periódico dá destaque a matérias sobre a infância

João Ribeiro registra os 25 anos do *Jornal do Tocantins*

Ao registrar os 25 anos de fundação do *Jornal do Tocantins*, comemorados hoje, o senador João Ribeiro (PFL-TO) observou que uma das marcas desse órgão de imprensa é o tratamento que ele dá às matérias relacionadas às crianças e adolescentes. Isso, observou o senador, fez com que o jornal fosse incluído praticamente em todas as pesquisas desenvolvidas pela Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi).

– No relatório do ano passado daquela instituição, denominado “Relatório Infância na Mídia”, o *Jornal do Tocantins* foi classificado na 7ª posição, no ranking específico, e está entre os 25 primeiros no ranking qualitativo – assinalou o parlamentar.

Considerado “o braço produtivo” da Organização Jaime Câmara, no Tocantins, o periódico, de acordo com João Ribeiro, também é conhecido por apoiar projetos de desenvolvimento da região. Para ele, o jornal mantém a população informada e destaca as questões ligadas à área social.

Regulamentação da reforma da Previdência

Oito projetos de conversão, originados de medidas provisórias, trancam a pauta de votações do Senado. O primeiro deles, a ser analisado hoje em sessão marcada para as 14h30, regulamenta a reforma da Previdência, promulgada no fim do ano passado (PLV 27/04). Às 19h, será realizada sessão conjunta do Congresso Nacional para o exame de vetos presidenciais.



Orçamento ouve ministro Guido Mantega

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa hoje, às 14h30, a recondução de Newton Reis Monteiro ao cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Às 16h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) ouve o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que fala sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2005.



Dia de luta contra a exploração sexual

A Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente realiza hoje uma série de atividades para marcar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Fazem parte da programação, entre outros, ato público no Salão Nobre do Senado, às 10h30; carreatas de caminhoneiros e taxistas pela Esplanada dos Ministérios, às 14h; e apresentação da cantora Daniela Mercury, no gramado da Esplanada, às 17h.

Subcomissão vai ao Planalto discutir o turismo no Brasil

A Subcomissão de Turismo participa hoje, às 17h30, de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Os senadores vão entregar o relatório final do V Congresso

Brasileiro da Atividade Turística (Cbratur) e do I Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento, que discutiu o atual modelo de gestão dos transportes aéreos no país.

Ivo Cassol participa de audiência

A comissão especial que trata dos conflitos envolvendo a demarcação de terras indígenas realiza hoje, a partir das 17h, audiência pública, com a presença do governador de Rondônia, Ivo Cassol. Ele deve falar aos parlamentares sobre os embates ocorridos entre garimpeiros e índios da tribo Cinta-Larga.



Parceria público-privada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começa a discutir hoje, às 10h, projeto que regulamenta as normas para parceria público-privada (PPP) na administração pública (PLC 10/04). O colegiado analisa ainda projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que institui o Fundo de Assistência Financeira aos Microempreendedores (PLS 505/03).

Reforma do ensino superior

A reforma universitária é tema de debate na Comissão de Educação (CE), hoje, às 10h. Participam da reunião o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Nelson Maculan; o presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ana Lúcia Almeida Gazzola; entre outros.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



TRANSPORTES População do Espírito Santo aguarda verbas federais, afirma Marcos Guerra

Marcos Guerra pede realização de obra no Porto de Vitória

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) disse ontem que o Espírito Santo aguarda a visita do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, prevista para este mês, quando ele deverá conhecer o sistema portuário e o contorno da 2ª ponte de Colatina. “Também é esperada a presença do presidente da República, que deverá anunciar um pacote de investimentos federais, relativos aos 12 itens de reivindicações do povo capixaba no setor de transportes”, ressaltou.

– Em meu segundo pronunciamento neste Plenário, referi-me aos problemas concernentes ao Porto de Vitória, destacados pela jornalista Miriam Leitão do programa *Bom Dia Brasil*, no dia 28 do mês passado. Aquele terminal portuário foi o que mais cresceu em nosso país na movimentação de contêineres. Apesar disso, para atendermos à demanda, precisamos utilizar estruturas de outros portos em estados vizinhos, devido a problemas em nossas instalações – explicou.

Marcos Guerra acrescentou que a questão a ser resolvida no Porto de Vitória é a retirada de uma rocha com 110 m³, localizada a pouco mais de dez metros de profundidade, na área de manobra dos navios.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) relatou a situação no Paraná, que exportou 71% menos do que no mesmo período do ano passado, “devido à incompetência instalada no Porto de Paranaguá”.

Para o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), isso ocorre em todos os portos brasileiros. “É notória a incapacidade deste governo em desenvolver infraestrutura. Não se investe nem 20% do que se investiu há duas décadas”, afirmou.

Coordenador da Funai rebate acusações de garimpeiros

Roosevelt Pinheiro

Em depoimento à Comissão Temporária Externa de Questões Fundiárias, na sexta-feira, o coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Rondônia, Walter Bloss, rebateu as acusações de garimpeiros de que estaria envolvido no contrabando de diamantes da reserva dos índios cintas-largas, naquele estado. No começo de abril, 29 garimpeiros foram mortos na reserva indígena. A comissão do Senado investiga as causas dos assassinatos.

De acordo com o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que falou à Rádio Senado, Bloss, que foi ouvido pelos senadores em uma reunião secreta, declarou que teria orientado os índios a "não entrarem por este caminho", referindo-se à exploração de diamantes.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), também presente à reunião, disse ter sido convencida pelas explicações do coordenador da Funai em Rondônia. Para ela, Walter Bloss é vítima de uma campanha caluniosa.

– Fica muito claro que ele não tem envolvimento, que foi caluniado – afirmou também à Rádio Senado.

Ana Júlia declarou ainda que tanto os índios quanto os garimpeiros são vítimas dos grandes contrabandistas de diamantes que agem na região. Ela indagou sobre a responsabilidade do governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB).

– A gente sabe que ele entrou na área diversas vezes, sem nem ao menos comunicar à Funai. No mínimo, ele tem alguma responsabilidade na situação – concluiu.

Outros depoimentos

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), presidente do colegiado, informou que a comissão deverá ouvir mais 12 pessoas, entre elas o governador de Rondônia, o diretor da Polícia Federal e os índios. Mozarildo manifestou dúvidas quanto ao depoimento de Walter Bloss.

– Não me convenci de que ele é inocente, nem estava convencido que ele era culpado. Existem muitas acusações, muitas afirmações que precisam ser cruzadas, checadas – declarou.

Já o senador Delcídio Amaral (PT-MS) considerou o depoimento esclarecedor.



BLOQUEIO Uma das MPs na ordem do dia do Plenário é a que regulamenta a reforma previdenciária

Senado pode decidir hoje sobre MP e liberar pauta

■ Um dos projetos que aguardam votação trata do uso das Forças Armadas no combate ao crime organizado

O Plenário precisa votar hoje duas medidas provisórias (MPs) e seis projetos de lei de conversão (PLVs) que estão trancando a pauta para poder deliberar sobre outras 11 matérias que constam da ordem do dia da Casa.

O primeiro item a ser analisado é o PLV originado da medida provisória que regulamenta a reforma da Previdência. A Secretaria Geral da Mesa do Senado enviou, na noite de ontem, ao relator-revisor, senador Tião Viana (PT-AC), esclarecimentos da Câmara sobre dúvi-

das por ele manifestadas em torno do texto aprovado pelos deputados.

Uma das dúvidas do relator é se a MP revogou, ou não, quatro parágrafos da Lei 9.532/97, que alterou a legislação tributária federal. Viana também manifestou dúvidas sobre a composição do colegiado que irá acompanhar e fiscalizar o fundo de pensão complementar dos servidores públicos.

Repasso da Cide

Estão ainda na pauta a MP 171/04, que antecipa repasse de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) aos estados afetados recentemente por chuvas e inundações; e o PLV 28/04, que permite a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de desastre natural.

Outras propostas que bloqueiam a pauta são o PLV 29/04, que trata da criação do plano especial de cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e a MP 172/04, que dispõe sobre a carreira policial civil do Distrito Federal, fixa remuneração e institui gratificação para os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do DF.

Se a pauta for desbloqueada, os senadores poderão examinar, entre outros itens, o projeto de lei complementar (PLS 221/03), que prevê a possibilidade de a Marinha, o Exército e a Aeronáutica cooperarem na repressão ao crime organizado.

Uma sessão conjunta do Congresso Nacional foi convocada para hoje, às 19h, no Plenário da Câmara, com a finalidade de deliberar sobre vetos presidenciais.

CAE vota o projeto sobre parceria público-privada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar hoje, a partir das 10h, o parecer do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) favorável a projeto do Executivo que define regras sobre a parceria público-privada (PPP) no país. A proposta permite que empresas privadas assumam tarefas do setor público nas áreas de infraestrutura, segurança, habitação e saneamento, mediante contratos via licitação.

O projeto (PLC 10/03) já foi aprovado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e, caso passe na CAE, seguirá para a Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ).

A CAE deve apreciar ainda mensagem presidencial indicando o advogado Eli Loria para diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Entre suas várias atribuições, compete à CVM, vinculada ao Ministério da Fazenda, administrar as Bolsas de Valores e entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários.

A CAE, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), deve examinar ainda parecer do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) favorável a projeto (PLS 505/03) de autoria do se-

Geraldo Magela



APOIO Parecer de Valdir Raupp é favorável à aprovação da proposta do Executivo

nador Pedro Simon (PMDB-RS) que instituiu o Fundo de Assistência Financeira aos Microempresários. Pela proposta, empresários urbanos e rurais terão direito, após cumpridas algumas exigências, a crédito de até R\$ 3 mil, concedido pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

Comissão realiza audiência sobre a reforma universitária

A Comissão de Educação (CE) vai se reunir hoje com especialistas para discutir a reforma universitária. A audiência pública foi solicitada pelo presidente do colegiado, senador Osmar Dias (PDT-PR), e pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Vão participar dos debates representantes do governo, dos professores, dos estudantes, das universidades e dos cientistas.

O tema está sendo estudado pelo Ministério da Educação (MEC), que já apresentou ao Conselho Nacional de Educação os eixos que devem direcionar a reforma universitária. Até novembro, o ministro Tarso Genro pretende recolher contribuições para a Lei Orgânica da Educação Superior, que será submetida ao Congresso.

Foram convidados para a audiência o secretário de Educação Superior do MEC, Nelson Maculan; a presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Ana Lúcia Gazzola; o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta; o diretor da Associação das Universidades Particulares, José Walter dos Santos, e o conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), João Cláudio Todorov.

Senadores analisam recondução de diretor da ANP

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza reunião hoje, às 14h30, para deliberar sobre a recondução de Newton Reis Monteiro para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O nome do indicado consta de mensagem da Presidência da República e o relator é o senador José Jorge (PFL-PE), presidente da CI.

O mandato do diretor expirou em 15 de janeiro último e a diretoria que ocupa – uma das cinco que compõem a ANP – está vaga desde então. O parecer do relator será apresentado publicamente, mas a decisão será em votação secreta. Após a análise da CI, o Plenário também irá se manifestar sobre a indicação.



CRÍTICA Governo perde credibilidade por falta de coordenação, diz José Jorge

José Jorge: depois de 500 dias, Lula ainda não governa

A falta de ação coordenada do governo Lula tem levado a administração petista a uma perda constante de credibilidade, segundo José Jorge (PFL-PE). Aproveitando a marca dos 500 dias da gestão de Lula, o senador aconselhou o presidente a “começar a governar”.

José Jorge citou uma série de setores, nos quais, em sua opinião, o governo vai mal. No campo político, observou que o governo não se apresenta de forma unitária, demonstrando divergências sérias entre os ministros e até entre ministros e o presidente.

A desastrosa condução do episódio em que um jornalista norte-americano levantou a suspeita de que Lula tem problemas com bebidas e a recusa em apurar o escândalo Waldomiro Diniz também demonstrariam a falta de capacidade política do governo.

Como problemas graves de natureza econômica e social, José Jorge lembrou o aumento da carga tributária provocado pela nova alíquota da Cofins, a falta de investimentos em infra-estrutura e saneamento, o desemprego e a corrosão do poder de compra do salário mínimo.

José Jorge reclamou também do excesso de medidas provisórias, que dificulta os trabalhos do Congresso Nacional.

Lula “blindou” país contra a crise externa, afirma Ideli

■ Líder espera que turbulência dos mercados não obscureça crescimento da economia brasileira

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), apresentou ontem dados que, segundo ela, negam a hipótese de o Brasil ser colhido sem defesas pela crise externa que se avizinha. De acordo com a senadora, ciente dos riscos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “blindou” a economia brasileira.

Entre os indicadores favoráveis ao país estão o superávit na balança comercial (exportações maiores que importações); o superávit de US\$ 4 bilhões na conta de transações correntes (mercadorias, juros e serviços) do balanço de pagamentos com o ex-



OTIMISMO Ideli Salvatti destaca que superávit comercial é um dos indicadores favoráveis

terior; bom histórico no campo fiscal (superávit primário); câmbio flutuante, capaz de corrigir o valor do real frente ao dólar em face de pressões do mercado, e contas públicas controladas.

Ela enfatizou o superávit nas

transações correntes, já que por muitos anos o país se debateu com as dificuldades em exportar, ao mesmo tempo em que pagava grande volume em juros da dívida externa, assistia a grandes remessas de lucros e dividendos, além de não obter soma expressiva de receitas com turismo e transferências unilaterais. Esse déficit chegou em certos momentos a US\$ 25 bilhões anuais.

Quanto ao controle das contas públicas, Ideli assinalou que o aumento de R\$ 240 para R\$ 260 fixado para o salário mínimo faz parte da “blindagem”, ainda que fosse desejável elevar a renda de um grande contingente populacional. A senadora propôs que a turbulência dos mercados não obscureça a visão positiva de números que indicam crescimento da economia.

Efraim anuncia que Sérgio Guerra lidera Minoria

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) despediu-se ontem do cargo de líder da Minoria, que ocupou pelo período de um ano. A Minoria reúne os partidos de oposição ao governo, PFL e PSDB. Ele também anunciou o novo líder eleito, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), que passa a conduzir a oposição.

– Um ano após, temos aqui neste Senado uma oposição unida, afinada e atuante – avaliou Efraim.

O senador lembrou que, logo após a eleição de 2002, PFL e PSDB decidiram restabelecer a figura regimental da liderança da Minoria, cabendo ao PFL indicar o primeiro líder.

– Trata-se de instrumento tradicional do rito parlamentar, que estava em desuso, que permite unificar a ação oposicionista, dando-lhe maior desen-



BALANÇO “Um ano após, temos uma oposição unida, afinada e atuante”, constata Efraim

voltura e consistência.

Efraim agradeceu os apoios do líder do PFL, senador José Agripino (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM). “A ambos devo gratidão e reconhecimento pelo apoio logístico e intelectual ao longo deste período em que me desincumbi desta tarefa”, frisou. Dizendo-se honrado por transferir a liderança a Sérgio Guerra, ele afirmou que o

senador é “uma liderança nacional, forjada nas bases populares e com um currículo político dos mais destacados”.

Para Efraim, o governo deixou claro que não dispõe de um projeto que satisfaça as expectativas que criou, como as promessas de dobrar o salário mínimo e criar 10 milhões de empregos.

Sérgio Guerra, em aparte, destacou como marcas de Efraim a capacidade de luta, a coragem, a serenidade e a coerência na atuação parlamentar. Alvaro Dias (PSDB-PR) acrescentou que “pior que uma oposição irresponsável é a ausência de oposição”. Papaléo Paes (PMDB-AP) manifestou seu reconhecimento de como Efraim se portou na liderança. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apontou a experiência parlamentar de Efraim.



EXPECTATIVA Luiz Otávio acredita que Pará vai ganhar com expansão de negócios

Luiz Otávio diz que viagem de Lula à China trará benefícios

Luiz Otávio (PMDB-PA) destacou os benefícios para o estado do Pará que poderão decorrer da visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará brevemente à China. Lembrou que o Pará é hoje o estado que mais tem investimentos da Companhia Vale do Rio Doce, que está se tornando grande parceira do governo chinês.

O senador informou que, em breve, a Vale estará iniciando a exploração e comercialização de cobre no município de Canaã dos Carajás, no sul do estado. O chamado Projeto Sossego deverá receber investimentos da Vale totalizando US\$ 383 milhões. O cobre será exportado para americanos, europeus e asiáticos.

Luiz Otávio mencionou ainda recente viagem de autoridades chinesas ao estado, onde visitaram as fábricas de alumínio Alubrás e Alunorte. A totalidade da produção dessas duas fábricas é exportada para países americanos e asiáticos.

O senador afirmou que a comissão paraense que acompanha Lula será comandada pelo deputado estadual Martinho Carmona, que representa também o Parlamento Amazônico. Ele ressaltou o protocolo de intenções estabelecido entre o governador do Pará, Simão Jatene, e o presidente da Vale, Roger Agnelli.

Renan divulga nota contrária à reeleição nas Mesas do Congresso

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), divulgou ontem carta enviada aos deputados em que reafirma a posição de seu partido, contrária à reeleição das Mesas do Legislativo. O senador, que também concedeu entrevista coletiva para tratar do assunto, declarou que “não se trata de posição espe-

cífica, contrária aos atuais presidentes da Câmara e do Senado”. De acordo com o texto divulgado, trata-se de “uma afirmação de que temos que estar comprometidos com princípios democráticos tradicionais, que têm como pilares a alternância de poder, a renovação de lideranças políticas e a reo-

xigência do comando do Legislativo”.

Renan disse ainda que não faz parte da tradição do Legislativo a reeleição no meio da legislatura. Segundo ele, “toda eleição fora de época transmite a impressão de que o mandato foi ampliado para favorecer determinado cenário e per-

petuar o poder nas mãos de poucos”. Ele acrescentou que a possível reeleição das Mesas da Câmara e do Senado já estaria gerando efeitos negativos em estados e municípios, permitindo que os comandos das assembleias legislativas e câmaras de vereadores se perpetuem indefinidamente.



EXPLICAÇÃO Para Renan, não se trata de posição contrária aos atuais presidentes



CRISE Situação do estado reflete precariedade da reforma agrária, afirma Alvaro Dias

Alvaro Dias relata diligência da CPI da Terra em Pernambuco

Como presidente da comissão parlamentar de inquérito que investiga os problemas agrários no Brasil, a CPI da Terra, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) relatou ontem viagem do colegiado a Pernambuco. Ele avaliou que o estado reflete “a situação de precariedade do programa de reforma agrária no país”.

De acordo com o senador, em Pernambuco há 14 movimentos sociais organizados e 260 acampamentos, que concentram 25 mil famílias. No entanto, a meta de assentamentos anunciada para o estado é de apenas 6,8 mil famílias.

– E poucos acreditam que a meta seja alcançada, já que o Incra está em greve, com seus funcionários insatisfeitos com o governo – afirmou, acrescentando que os servidores também reivindicam a reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Reformulação

Alvaro disse ser preciso uma “mudança radical de comportamento” por parte do governo para que a reforma agrária possa acontecer no Brasil. O governo não pode anunciar recursos e, depois, não liberá-los, enfatizou. Ele acrescentou que, além da terra, é preciso assegurar assistência técnica e apoio creditício, além de infra-estrutura, como estradas, habitação, saúde e educação.

Os representantes da CPI, segundo seu presidente, estiveram no assentamento de Rio Formoso, onde há 94 famílias assentadas. Delas, entretanto, apenas três conseguiram viabilizar a propriedade. Em aparte, Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que a CPI “poderá dar subsídios verdadeiros para desmitificação do tema”.

SALÁRIO MÍNIMO

Paim e Serys defendem reajuste acima da proposta do Executivo. Cristovam sugere ao governo que adote medidas que representem um choque social

Cristovam propõe benefícios reais, em vez de um pequeno aumento

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) comunicou que vai se abster na votação do reajuste do salário mínimo se o governo federal não enviar proposta que represente um choque social e traga melhorias reais para as camadas mais pobres da população. Se isso não ocorrer, completou, ele só votará a favor da proposta do Executivo caso seu partido feche questão sobre o assunto.

Na avaliação do senador, será um grande constrangimento para os parlamentares se o salário mínimo de R\$ 260 for aprovado. Cristovam disse que não será menos constrangedor se esse valor subir para R\$ 275 ou R\$ 300, como defendem alguns parlamentares. Ao invés de um pequeno aumento, ele propõe um acréscimo nos “benefícios reais” do trabalhador.



DESAGRADO Para Cristovam, aprovar salário de R\$ 260 será constrangedor

O choque social proposto por Cristovam incluiria o direito dos aposentados a remédios gratuitos, o aumento dos salários dos professores, o reajuste de R\$ 75 para R\$ 100 nas bol-

sas escola e família, a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o prosseguimento do Brasil Alfabetizado, para que em quatro anos não existam mais analfabetos no país.

O parlamentar também sugeriu a criação de um programa para colocar água e esgoto nas casas de quem recebe salário mínimo, o que, segundo seus cálculos, implicaria a geração de empregos para um milhão de pessoas. Ele estimou que tais medidas poderiam ser tomadas se o governo dobrasse o Fundo de Erradicação da Pobreza.

– Espero abrir esse debate dentro do PT para que possa-

mos evitar o constrangimento de oferecer um salário mínimo ridículo de R\$ 260 ou o de ver pessoas se vangloriando como salvadores da pátria por terem conseguido aumentar esse valor em um pão e meio por dia ou quatro pães por dia – afirmou Cristovam Buarque.

Em aparte, Sérgio Guerra (PSDB-PE) opinou que o Brasil não pode adiar o choque social proposto por Cristovam. Ele criticou o governo por noticiar programas que não se confirmam na prática, como o Fome Zero e o Primeiro Emprego. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) estimou que, se o governo continuar no mesmo ritmo de reajustes do salário mínimo (1,2% em 2003 e 1,7% agora), seriam necessários 57 anos para Lula cumprir a promessa de dobrar o valor real do mínimo do país.

Paim registra drama de professora gaúcha

Ao defender um salário mínimo superior a R\$ 260, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou a situação da professora gaúcha Ismênia Rodrigues da Silva, que está com salário atrasado e cujo marido recebe aposentadoria de apenas R\$ 240.

Depois de enviar correspondência ao presidente Lula e receber como resposta um “muito obrigado por escrever”, a professora de Viamão (RS) enviou carta a Paim relatando sua situação. Com as contas de água, luz e telefone atrasadas e com ordem de corte, ela confessou que a aposentadoria do marido nem sequer dá para os remédios de que ele necessita.

Ismênia pediu ao senador uma cesta básica para alimentar sua família durante um mês. Paim contou que um assessor seu foi visitar a professora e ficou chocado com a situação de penúria que encontrou. A solicitação dela foi atendida.

“Estou lhe escrevendo em total desespero, depositando no senhor minhas últimas esperanças. Esqueci o orgulho, a dignidade e a vergonha, em nome de minha família, a quem



BENEFÍCIO Paim elogia medida que garante aos idosos a antecipação de parcela do FGTS

sustento desde 1995, quando meu marido, após sofrer um acidente, passou a ser mais um aposentado com o salário mínimo. Sou professora estadual, e professora no Brasil é símbolo de chacota e humilhação”, leu Paulo Paim.

FGTS

Em seu pronunciamento, o senador cumprimentou o presidente Lula pela edição da MP que autoriza a antecipação das parcelas de complemento de atualização monetária do FGTS referentes aos planos Verão e Collor I, para os trabalhadores acima de 60 anos de idade.

Para Serys, oposição faz discurso demagógico

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou da tribuna que “os mesmos que criticam o atual governo” apoiavam o governo passado, que sempre evitou aumentos maiores para o salário mínimo e não investiu na recuperação de estradas.

– O desemprego não é só deste governo. Nem os buracos das estradas. Os que hoje pedem aumento maior para o mínimo fazem parte dos grupos que, desde o início do Brasil, exploram os mais fracos, e agora posam de bons-moços. Está difícil reverter essa situação? Claro que está. Mas eu tenho moral para defender um aumento maior para o salário mínimo. Foi o que eu sempre fiz – disse.

Para Serys, muitos dos que agora defendem aumentos mais elevados “querem mesmo um salário mínimo baixo”. Ela observou que, para alguns, o salário de R\$ 260 determinado pelo presidente Lula “está de bom tamanho”.

– Quero saber quanta terra têm esses que hoje estão aí pregando a reforma agrária. Muitos que defendem a reforma agrária se apossaram no passa-



INCOERÊNCIA Serys: os que criticam o governo evitaram reajuste maior no passado

do de terras públicas – afirmou. Em aparte, o senador Efraim Morais (PFL-PB) observou que quer ver qual será o voto da senadora Serys na medida provisória do salário mínimo.

Amazontech

Serys registrou ainda a realização da Amazontech 2004, em Cuiabá, a partir de 16 de agosto, promovida pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O encontro terá a participação de empresas de nove países e será aberto pelo presidente Lula.

Tião Viana: Amazônia não é depósito de empresa falida

Senador lamenta segundo acidente com avião da mesma empresa em pouco mais de um ano

Ao comentar o acidente ocorrido na noite de sexta-feira em Manaus, com avião da empresa Rico Táxi Aéreo, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a Amazônia não pode continuar sendo “depósito de empresas aéreas falidas” e cobrou do Comando Militar da Aeronáutica e do Departamento de Aviação Civil (DAC) uma fiscalização mais próxima das empresas que atuam na região. Ele considerou inaceitável outro desastre pouco mais de um ano após a morte de 23 pessoas em queda de avião da mesma empresa.

– Agora, já são 56 mortes em pouco tempo. Quando a gente



DESCONFIANÇA Tião Viana observa que primeiro acidente ainda não foi esclarecido

procura os órgãos de fiscalização, dizem que tudo está dentro das normas de segurança. Não é o que a gente ouve na região. Lá se fala em mais de uma pane com um mesmo avião em um mês – sustentou Tião Viana.

Ele criticou a divisão das rotas de voo no Brasil, em que as empresas tradicionais ficam sempre com as melhores li-

nhas, cabendo às pequenas e médias companhias os vãos de baixo retorno. O senador lamentou que a população da Amazônia quase sempre seja obrigada a recorrer a essas empresas, por causa das longas distâncias, da precariedade das estradas e da lentidão do transporte fluvial.

– A população amazônica vive à mercê dos vãos noturnos das empresas tradicionais, que todos sabem ser desfavoráveis do ponto de vista de segurança. Essas empresas agem como se fosse um grande favor atender as cidades da Amazônia.

Ele informou que o primeiro acidente da empresa Rico até hoje não foi esclarecido. “Parece que a nuvem que encobre o problema do seguro, do pagamento de indenização às famílias das vítimas, está sempre a favor da desinformação”, protestou o senador.

Mozarildo pede aprovação de projeto que cria adicional para aviação regional

Ao lamentar o acidente aéreo ocorrido nesse fim de semana em Manaus, no qual morreram 33 pessoas, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) cobrou o esclarecimento das causas do desastre.

Ele chamou atenção para o descaso que sofre a aviação regional e pediu à Câmara dos Deputados que acelere a tramitação de projeto de sua autoria que cria um adicional tarifário para ser aplicado na suplementação dos bilhetes de linhas aéreas regionais (PL 7.199/02, na Câmara).

De acordo com a proposta de



RECURSOS Mozarildo explica que dinheiro será arrecadado e depois aplicado pelo DAC

Mozarildo Cavalcanti, que já foi aprovada pelo Senado, de cada bilhete vendido pelas linhas aéreas regulares domésticas será

reservado 1% do valor da passagem. Os recursos serão repassados para as empresas de aviação regional. O Departamento de Aviação Civil (DAC) ficará encarregado pela fiscalização e pela normatização da arrecadação e da aplicação do dinheiro.

– Faço um apelo à Câmara e a todas as lideranças no sentido de que aprovelem esse projeto, que é de suma importância. O Ministério da Defesa e o DAC vêem a matéria como uma medida importante para socorrer as empresas regionais – afirmou Mozarildo Cavalcanti.

Arthur Virgílio requer voto de pesar pelas 33 vítimas do desastre aéreo

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), requereu ontem voto de pesar pelas 33 vítimas do desastre aéreo ocorrido na noite da última sexta-feira em Manaus, capital do Amazonas, com avião da empresa Rico Táxi Aéreo.

– De maneira madura, não faço prejulgamentos e não me apresso em encontrar culpados. Meu sentimento é de luto. Os fatos serão apurados – afir-

mou o senador.

Arthur Virgílio disse que a empresa Rico Táxi Aéreo cresceu praticamente do nada, graças a uma operação competente, mas o acidente também demonstra como é rudimentar a navegação aérea na região amazônica.

– Isso mostra como é difícil viver e fazer política na minha região, como é difícil sustentar a Bandeira Nacional por ali.



INCERTEZA Virgílio afirma que navegação aérea na região é feita de modo rudimentar

Não há a certeza da volta. Os amazônidas são verdadeiros heróis – afirmou.



MESMA HISTÓRIA Jonas diz que medida está na contramão da desoneração da importação

Jonas critica proposta que suspende benefício rural

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lamentou a apresentação, pelo ministro da Previdência Social, Amir Lando, de proposta para extinguir a isenção previdenciária concedida aos agricultores, o que reforçaria os cofres da Previdência com R\$ 1,8 bilhão anuais.

– Repete-se a mesma história: toda vez que um segmento da economia está dando certo, as garras da administração pública tentam aumentar a arrecadação – afirmou, lembrando que esse comportamento já matou algumas “galinhas dos ovos de ouro” surgidas no Brasil. Ele afirmou que a medida

está “na contramão da desoneração das importações” e que as exportações brasileiras de produtos agropecuários totalizaram US\$ 10,6 bilhões este ano, ou 41% das vendas brasileiras para o exterior.

Jonas Pinheiro citou vários eventos agropecuários de sucesso realizados recentemente no Brasil para destacar a pujança desse setor econômico. No Agrishow Cerrado, em Rondonópolis (MT), foi comercializado R\$ 1,38 bilhão em máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. A empresa de aviões agrícolas Neiva vendeu na feira todo o estoque disponível, totalizando 59 aeronaves, informou.

Já na 11ª edição do Agrishow Ribeirão Preto, o senador ressaltou a comercialização de R\$ 1,2 bilhão em produtos. Outro evento de destaque foi o “megaleilão” da Estância Bahia, em Água Boa (MT), no qual, em menos de cinco horas e meia, foram comercializados 19,8 mil animais, a maioria de corte.

Jonas Pinheiro ressaltou ainda a vitória dos produtores brasileiros de algodão na demanda impetrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), há dez anos. A OMC concordou com os brasileiros, considerando exagerado o subsídio americano para os produtores locais de algodão.

Suassuna quer irrigação para agricultura nordestina

O vice-líder do governo no Senado, Ney Suassuna (PMDB-PB), reclamou ontem providências do governo para melhorar o desempenho da agricultura do Nordeste. Entre as medidas, citou a conclusão de infra-estrutura para irrigação em estados, como a Paraíba, atingidos por secas.

– Pergunto ao governo e ao Ministério da Agricultura: quando acabaremos com o êxodo dos nordestinos, responsável pela perda de chefes de família e pela prostituição infantil? Precisamos concretizar o sonho da Califórnia – disse o parlamentar paraibano, referindo-se à abundância na produção de frutas que poderia ocorrer caso houvesse boa distribuição de água na região nordestina.

Suassuna lamentou que muitos produtores rurais estejam endividados, como é o caso de 120 grandes fazendei-



UM SONHO Para Suassuna, só a distribuição de água poderá trazer plantio abundante

ros que apostaram na algaroba, e tomaram financiamento do governo, no início dos anos 80, para fazer reflorestamentos com essa árvore peruana. Eles viram seus projetos fracassar e ainda estão perdendo suas terras em processos movidos pela União, para ressarcimento de empréstimos do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

O senador alertou para o perigo da “seca verde”. Como resultado das fortes chuvas do início do ano, os pastos e as plantações brotaram, mas tendem a secar rapidamente se não voltar a chover com regularidade.

João Alberto diz que prevenção pode reduzir calamidades



João Alberto critica falta de planejamento

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) criticou a falta de planejamento e de ações de prevenção dos governos que possam evitar as calamidades públicas decorrentes das enchentes. Ele disse que esses fenômenos não

provocam outras atitudes das autoridades que não sejam as de adoção de medidas emergenciais.

– Ninguém, nenhum governo tem o poder de controlar os desastres da natureza, mas todos, especialmente a administração pública, têm o dever de planejar, prever e pôr em prática ações voltadas para a proteção dos cidadãos, em particular os pobres, os mais vulneráveis e expostos aos horrores das catástrofes. Para os mais pobres, as calamidades são sempre mais trágicas.

João Alberto defendeu a elaboração de um amplo sistema de políticas de prevenção e de informação sobre meteorologia, vazões do sistema hídrico, entre outros.

Valmir Amaral sugere reflexão sobre 13 de maio



Valmir Amaral: negros não têm oportunidades

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) aproveitou a passagem do 13 de maio, em que se comemora a abolição da escravatura, para propor reflexão sobre a situação dos negros e das minorias sociais no país. Passados 116 anos da abolição, o parlamentar acredita que o regime escravista só acabou no Brasil do ponto de vista "formal".

– Seus efeitos ainda perduram na sociedade brasileira contemporânea, na forma do trabalho escravo, do trabalho infantil, na exclusão social, na discriminação salarial das mulheres e da população negra – assinalou.

Em relação aos negros, o senador peemedebista atestou o reconhecimento de seus direitos, mas afirmou que as oportunidades lhes são negadas. A discriminação salarial é a forma mais freqüente de manifestação do preconceito racial. Segundo informou, o desnível salarial entre brancos e negros que executam tarefas idênticas chega a 40%.

Alberto Silva propõe 10% do SUS para saúde bucal

Projeto apresentado pelo senador estabelece que sistema será obrigado a fazer tratamento dentário



OBRIGAÇÃO Alberto Silva diz que gasto se estende à União, estados e municípios

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) apresentou ontem projeto destinando 10% das verbas do Sistema Único de Saúde (SUS) à saúde bucal, inclusive tratamento dentário. A proposta determina ainda que o sistema terá de manter um consultório odontológico para cada 2 mil habitantes.

– Só assim o Brasil deixará de ser o país dos 30 milhões de desdentados. É lamentável o que ocorre hoje com a população mais pobre. O dente está doendo? Então arranca. A maioria da população não tem dinheiro para tratamento dentário – afirmou o senador.

Alberto Silva explicou que o projeto estabelece que a obri-

gação de gastar 10% com saúde bucal se estende não só à União, mas também aos estados e aos municípios. “Se aprendemos na escola que a saúde começa pela boca, vamos cuidar da boca, dos dentes. Se nossa população pobre não tiver dentes, como então ter uma boa saúde?” – questi-

onou. Estudo do Ministério da Saúde, citado pelo parlamentar, mostra que 66% dos brasileiros só procuram dentista quando sentem dores. No caso dos idosos, o índice sobe para 82%. – Se o Sistema Único de Saúde tem hoje capacidade de realizar procedimentos de altíssima complexidade, tais como transplantes e cirurgias cardíacas, não é admissível que esse mesmo sistema não seja capaz de oferecer um simples acompanhamento odontológico da população – salientou. Para Alberto Silva, esse serviço será um grande legado do atual governo. Hoje, o SUS só cobre cirurgia destinada a extrair dentes quando já se encontram bastante estragados, observou o senador.

Papaléo pede mais recursos para campanha de combate à hepatite

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) fez um apelo ontem ao governo federal por mais recursos na realização de campanhas preventivas de esclarecimento sobre a realidade da hepatite no Brasil. Dados divulgados pelas autoridades sanitárias estimam, segundo o senador, que um em cada 40 brasileiros seja portador da hepatite C, isto é, em torno de 3 milhões de pessoas, enquanto cerca de 2 milhões sofrem cronicamente de hepatite B.

O senador, que é médico, esclareceu que a hepatite A é a forma mais branda da enfermidade, com tratamento relativamente pouco complicado, e o paciente pode se recuperar sem seqüelas. Já a hepatite B é transmitida por agulhas contaminadas, relações sexuais e contato com sangue contagioso, e aproximadamente 10% dos pacientes atingidos evoluem para um quadro crônico. A hepatite C, por sua vez, é a mais perigosa de todas, pois parte significativa dos contaminados



PROBLEMA ANTIGO Papaléo lembra que doença é causada principalmente pela pobreza

desenvolve cirrose hepática, observou Papaléo.

O Brasil, segundo o senador, é extremamente vulnerável a todos os tipos de hepatite. A maioria dos casos registrados, lembra, tem como causa primeira as precárias condições sociais, a falta de higiene, a débil educação das camadas mais pobres da população, a precariedade do funcionamento do

sistema nacional de saúde e o descaso em relação à situação de miséria em que estão mergulhados pelo menos 85 milhões de brasileiros.

Apesar de reconhecer os enormes obstáculos, sobretudo na área econômica, “que tornam bastante difícil” o combate contra as diversas formas de hepatite, Papaléo admitiu que não se pode deixar de reconhecer que o governo federal tem se empenhado muito nessa cruzada.

Nesse sentido, ele destacou que, no fim de 2002, importante iniciativa foi assumida pelo Ministério da Saúde em relação ao combate à hepatite C, quando os portadores da doença passaram a receber gratuitamente os três remédios fundamentais para o tratamento, distribuídos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Buscando aprimorar suas ações no campo do controle e da prevenção das hepatites, o Ministério da Saúde criou ainda o Programa Nacional de Hepatites Virais (PNDV).

Augusto Botelho faz homenagem ao Dia da Enfermagem

Aproveitando a passagem do Dia Nacional da Enfermagem, comemorado na última quarta-feira, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) ressaltou a dedicação desses profissionais e a importância do trabalho dos enfermeiros e enfermeiras na assistência à saúde e na promoção do bem-estar das pessoas. Ele afirmou que a data também serve para marcar o início da Semana Brasileira de Enfermagem, evento anual instituído por Juscelino Kubitschek em 1960.



Augusto destaca trabalho de enfermeiros

Augusto contou ainda que a data foi escolhida em homenagem a Florence Nightingale, nascida em 12 de maio de 1820, em Florença, na Itália, que passou a vida prestando assistência aos enfermos. Ela foi a precursora no ensino da profissão – informou.

– Esse tipo de atividade requer desses profissionais diversos atributos, como a sensibilidade, o calor humano, a dedicação ao próximo e conhecimento técnico – declarou, estendendo seus cumprimentos aos mais de 900 mil enfermeiros, enfermeiras, auxiliares, atendentes e parteiras que trabalham no país.

Lula recebe Subcomissão de Turismo do Senado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe hoje, no Palácio do Planalto, os parlamentares que integram a Subcomissão de Turismo, que é presidida pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF). Eles falarão sobre os problemas relacionados ao setor de turismo e entregarão a Lula o relatório final do V Congresso Brasileiro da Atividade Turística e do I Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento, realizados no ano passado no Senado Federal.

Os senadores devem apresentar sugestões relacionadas ao turismo, além de discutir estratégias voltadas ao modelo de gestão do transporte aéreo no país. Eles pretendem também informar o presidente da República das propostas legislativas em curso, a fim de modernizar o setor do turismo.



Paulo Octávio vai ao presidente propor soluções

Atos públicos marcam luta contra abuso de menores

Programação, que terá a presença de parlamentares, inclui assinatura de convênios pelo presidente Lula

Hoje, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Brasília será sede de uma série de atos públicos destinados a chamar a atenção da sociedade para o problema e pelo fim da impunidade.

A Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente espera reunir pelo menos cem deputados e senadores, a partir das 10h, na rampa do Congresso Nacional, no início da manifestação. O programa inclui a assinatura, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de convênios no Palácio do Planalto, na parte da tarde.

Às 10h30, um ato no Salão Nobre do Senado deverá contar com representantes de en-

tidades governamentais e não-governamentais, e cerca de 200 crianças e adolescentes. A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), coordenadora da Frente Parlamentar e presidente da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de menores, defende a aprovação de leis que dêem maior proteção às crianças e assegurem penas mais severas aos agressores.

Depois daquela manifestação, o padre e deputado federal Luiz Couto (PT-PB) lerá, às 11h30, uma mensagem e serão acesas velas, na capela do Congresso, em lembrança das vítimas de abusos de exploração sexual. Ao meio-dia, os presentes promoverão um "abraço" nas duas cúpulas do prédio do Legislativo e cantarão o Hino Nacional.

À tarde, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes retoma sua agenda às 14h, com uma concentração

seguida de carreta de caminhoneiros e taxistas pela Esplanada dos Ministérios, para simbolizar a adesão dessas duas categorias na defesa dos direitos dos menores. No gramado em frente ao Congresso, centenas de crianças estarão brincando e acompanhando a apresentação de grupos culturais.

No Palácio do Planalto, às 15h, com a participação do presidente Lula e ministros, haverá a assinatura de convênios com novos parceiros do governo na luta contra a violência. Patrícia Saboya falará em nome da Frente Parlamentar, ao lado de um jovem representante do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e na presença da embaixadora do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a cantora Daniela Mercury. Ela será a estrela principal de um show com diversos artistas, às 17h, no gramado da Esplanada.



OFENSIVA Patrícia Saboya (C) defende aprovação de leis com penas mais severas para punir os agressores

Lançamento do Dossiê Araceli Nunca Mais

A Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança lançou na tarde de ontem um CD com o acervo operacional dos direitos da criança e do adolescente. Produzido pela Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (ABMP), com patrocínio e apoio técnico do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o material se destina a todos os operadores do Sistema de Garantia de Direitos Infanto-Juvenis. Os textos analisam a garantia aos

principais direitos (à vida, à liberdade, à convivência familiar, à educação, à cultura etc.), além de informações sobre legislação, jurisprudência, exemplos de projetos bem-sucedidos e outros dados.

Hoje, às 10h30, será apresentado, no Salão Nobre do Senado, o Dossiê Araceli Nunca Mais – 30 Anos de Impunidade no Brasil. O documento apresenta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes que permanecem impunes desde 1973. O nome do dossiê

é uma alusão ao caso da menina Araceli Sanchez, que levou à mobilização pelo combate à violência sexual infanto-juvenil. Ela foi vítima de seqüestro, estupro e assassinato em 18 de maio de 1973, em Vitória, no Espírito Santo.

O documento foi produzido pela Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e Adolescentes (Anced), por solicitação do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Projeto de Valadares muda julgamento de multa de trânsito

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei para permitir que as questões administrativas decorrentes de multas de trânsito possam ser processadas e julgadas pelos juizados especiais cíveis. Atualmente as multas são analisadas pelos departamentos estaduais de trânsito (Detrans).

– É preciso deixar claro que não somos contra a aplicação de multas aos motoristas imprudentes, mas, por outro lado, somos contrários à denominada indústria da multa – afirmou Valadares.

A evolução tecnológica que permitiu a utilização de sofisticados aparelhos eletrônicos na detecção de infrações e a prática, comum nos órgãos de fiscalização, de terceirizar essa atividade causaram distorção, na opinião do senador.

Antonio Carlos Valadares explicou que o fato de as empresas faturarem de acordo com o número de multas proporcio-



MULTIPLICAÇÃO Valadares destaca aumento do número de infrações registradas no país

nou a multiplicação das irregularidades.

O senador também comunicou a decisão do Ministério da Agricultura de liberar os produtores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) das regiões Norte e Nordeste do país, além dos municípios de Minas Gerais incluídos na região do Polígono das Secas, dos efeitos da Instrução Normativa nº 6, do ano passado.

Com a medida, o governo federal estende o amparo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) aos produtores rurais das regiões citadas incluídos pelo Pronaf. Serão beneficiados, especialmente, os agricultores familiares que plantam feijão e milho.

Senado e ILB assinam acordo com Câmara Legislativa

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), e o presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado distrital Benício Tavares (PMDB), assinam amanhã, às 9h30, um protocolo de intenções destinado a promover o intercâmbio no setor de recursos humanos e a cooperação técnico-científica e cultural entre o Senado, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), e a câmara de representantes da capital.

O acordo de cooperação terá duração inicial de cinco anos e pretende criar canais de comunicação permanentes entre as duas Casas para a realização de pesquisas e outros estudos que possam aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos e o desenvolvimento institucional no



COMUNICAÇÃO Romeu Tuma: intercâmbio facilita pesquisas e gestão de recursos humanos

Senado e na Câmara Legislativa. As duas Casas vão fazer uso comum de suas bibliotecas e centro de processamento de dados, além de promover cursos, seminários, palestras e congressos que contribuam para esse intercâmbio.

Além de Tuma e Benício, estarão presentes à solenidade, no gabinete da 1ª Secretaria, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; o diretor-executivo do ILB, Florian Madruga; o procurador-geral e o secretário-executivo da 1ª Secretaria da CLDF, respectivamente Geraldo Martins Ferreira e Gustavo Ponce de Leon.